

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Kátia Siqueira de Feitas *

Fabio Chacon **

Robert Henriques Girling ***

RESUMO

O texto é uma provocação aos que definem as políticas educacionais e aos educadores formadores de formadores, isto é, aqueles que tomam as decisões políticas educacionais e os professores dos cursos de formação de professores e de dirigentes da educação. Propõe uma aproximação relacional, acadêmica e prática entre as políticas educacionais nacionais e os referidos cursos. O objetivo é propiciar uma oportunidade de reflexões sobre a relevância das decisões voltadas para a educação pública de qualidade no contexto democrático nacional e sobre a formação e o desempenho dos educadores, visando uma educação mais condizente com a realidade socioeconômica, cultural e política do mundo globalizado e interdependente. Há a proposição de avaliação, acompanhamento e monitoramento dos programas desenvolvidos e executados como forma de propiciar a transparência das ações, a responsabilidade com o recurso público e o exame do impacto desses programas. O texto se apoia em ideias já expressas em algumas publicações anteriores e tenta avançar.

Palavras-chave: Políticas de educação. Formação de formadores. Qualidade da formação de formadores. Qualidade da educação.

ABSTRACT

The text is directed as a provocation to those who define educational policies and to the professors who educate would be teachers. We propose a relational, and pragmatic relation between national educational policies and discourses about them. We aim to provide an opportunity for reflection on the democratic context and make proposals that can improve the training and performance of teachers, in a way more in line with today socioeconomic, cultural and political realities. We propose evaluation, monitoring and

* Doutora (PhD) em Education Administration (Administração da Educação) pela The Pennsylvania State University – USA. Professora do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Endereço para correspondência: Rua Rodrigo Argolo, 209/201 – Rio Vermelho – Salvador- BA. CEP: 41940-220. sfkatia@gmail.com

** Dr. em Higher Education (Doutorado em Educação Superior) pela The Pennsylvania State University – USA. Director of Academic Computing and Distance Education. Endereço para correspondência: Bowie State University. 14000 Jericho Park Rd., Library Building #254, Bowie, MD 20715.USA. fchacon@bowiestate.edu

*** Ph. D em International Development and Education pela Stanford University. Professor da Sonoma State University. California State University. Endereço para correspondência: 1801 East Cotate Av. Ronhert Park, Ca. 94928 3609. USA. robert.girling@sonoma.edu

tracking of programs in order to provide transparency, responsibility toward the public and examination of the impact of these programs. The text is based on ideas already expressed in some previous publications and seeks to move the discussion forward.

Keywords: Educational policy. Educational leaders training. Quality of educational leaders training. Educational quality.

Introdução

O Brasil é um país que apresenta peculiaridades, com grandes diferenças regionais e muitas transações econômicas, políticas e educacionais com países do MERCOSUL e de outras regiões do planeta. Há, contudo, políticas, normas e princípios básicos comuns a toda a nação brasileira que caracterizam a unidade nacional e determinam a “gestão democrática do ensino público”, a “garantia de padrão de qualidade” da educação e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, conforme o Art 3º, incisos VIII, IX e XI, respectivamente, da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996). Esses princípios são reforçados pelo ensinamento dos artigos subsequentes, como o Art. 14, que corroboram com a determinação de “[...] gestão democrática do ensino público na educação básica [...]” (BRASIL, 1996).

Esses são alguns dos princípios, dentre outros, que precisam ser considerados quando da preparação pela educação formal de formadores de formadores e elaboradores de políticas que ocupam os postos de trabalho no campo educacional. Necessário também lembrar, embora sucintamente, o ganho político-educacional advindo dos embates travados nas décadas de 1980 e 1990 pela proposição de educação democrática. Esses, liderados por movimentos sociais e professores, com apoio de algumas figuras políticas de destaque, abriram os caminhos e firmaram os primeiros passos na direção das políticas e normas de gestão democrática da educação com qualidade. Essas ações, necessariamente, precisam tornar-se conhecidas pelos educadores atuais e os em formação acadêmica para evitar interpretações equivocadas como quando, eventualmente, afirmam que a gestão democrática da educação é uma imposição de cima para baixo, logo pouco democrática, determinada pela Constituição Federal do Brasil no artigo 206,

inciso VI (BRASIL, 1988) e posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

Em verdade, a norma representa uma conquista por vezes não entendida pelas gerações mais novas e que dissertam sobre o tema como se uma imposição autoritária a tivesse determinado e por isso não conseguimos exercê-la plenamente. Tal interpretação, a meu ver, é equivocada e sinaliza a falta de conhecimento histórico sobre e das lutas pela educação de qualidade e democrática que, ousado dizer, já fazia parte da pauta de discussões de Ruy Barbosa, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Fernando de Azevedo e tantos outros que compuserem o “Manifesto dos Pioneiros da Educação” nos anos de 1932, assim como outros educadores nos anos subsequentes, a exemplo de Darcy Ribeiro, Cristovam Buarque, Paulo Freire, entre outros. Seria impossível registrar todos que lutaram e participaram de movimentos políticos em prol da gestão democrática da educação, da descentralização do poder de decisão e da qualidade da educação para todos e em todos os níveis de ensino. Sugerimos, pois, a inserção de elementos da história política da educação brasileira na formação de formadores. Os embates políticos e os ideais pelos quais nossos antecessores lutaram não podem ficar olvidados.

Outras ações e elementos considerados instrumentos de democratização da educação como a participação, os diversos planos (Plano Nacional da Educação, Plano Estadual da Educação, Plano Municipal da Educação, outros), os diversos conselhos (Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar, dentre outros) também são relevantes para o exercício da função de educador e devem compor a formação acadêmica, sendo analisados quanto ao seu papel, composição e importância no processo da gestão democrática da educação com qualidade inclusiva e relevância social.

A importância da ética, da moral, a observância dos princípios de transparência e probidade administrativa, a intimidade com as políticas e legislação vigentes são elementos que não podem ser desprezados ao se pensar a formação de formadores de gerações de outros formadores de cérebros e dirigentes educacionais que já atuam ou estarão atuando nesse mundo complexo e interdependente.

Os cursos em discussão precisam voltar seus currículos para o desenvolvimento das novas habilidades que são solicitadas do educador e gestor do século XXI. Os itens listados a seguir, se contemplados nesses cursos, podem aportar o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o desempenho de gestores e formadores de formadores, melhorar o clima de trabalho, o cuidado com o outro e com o planeta:

- a habilidade de ouvir com atenção, ser ouvido e manter um diálogo;
- estratégias para um bom negociador, capaz de respeitar opiniões divergentes, trabalhar em equipe e colocar ideias, planos e projetos em prática;
- o uso competente da voz como proteção de doenças ligadas às cordas vocais, tão comum entre os profissionais da educação;
- técnicas para lidar com estresse excessivo, evitando a síndrome do Burnout¹;
- o respeito às singularidades de todos os cidadãos, independente de sua aparência ou origem, etnia, credo religioso, partido político, condição social ou física, faixa etária, preferências sexuais;
- o uso das novas tecnologias da informação em seu favor e a favor da aprendizagem e da pesquisa,
- competências básicas e o uso da informática com fins educacionais e comunicacionais;
- a habilidade política para interferir em favor da qualidade da educação; e seu uso, visando melhorar processos e resultados obtidos;
- competência para entender e usar os resultados das pesquisas e os dados disponíveis sobre o sistema educacional, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outros;

¹ Resultado de stress profissional excessivo que leva a doenças profissionais que podem incapacitar o exercício profissional.

- compreender o sistema nacional de avaliação, sua importância, e usar os resultados das avaliações internas e externas;
- comunicar-se com as diversas camadas da população, em vez de enclausurar-se no seu ambiente de trabalho;
- planejamento e execução de planos e projetos adequando-os à realidade;
- elaboração e execução da proposta pedagógica;
- acompanhamento e desenvolvimento de ações e políticas educacionais;
- a relevância da ética e da moral em todos os relacionamentos profissionais e interpessoais;
- o cuidado com o meio ambiente e com todos os recursos naturais;
- outros.

Inúmeras habilidades são requeridas dos formadores de formadores e de gestores. Essas não podem ser atingidas apenas nos cursos de formação inicial. A educação continuada e atualizada pode ser uma fonte de renovação dos conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e competências demandadas pelo próprio desenvolvimento da sociedade, dos referenciais teóricos, das políticas educacionais e da constante construção de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Acompanhar a renovação de valores da sociedade, das formas de pensar e agir das diversas gerações e camadas sociais, é uma maneira de entender melhor a população de estudantes que vive a escola, entender por que permanecem ou por que a deixam sem concluir o curso e grau almejados.

No início deste século, precisamente entre 2000 e 2002, o Instituto Internacional de Planejamento Educativo (IPE/UNESCO) conduziu um projeto sobre o desenvolvimento de competências básicas para formação de gestores intitulado “Atualização de Formadores em Gestão e Política Educativa” (Actualización de Formadores en Gestión y Política Educativa) sob a coordenação geral de Cecilia Braslavsky e Felicitas Acosta, em Buenos Aires. Esse projeto considerava a importância de habilidades em negociação do tipo ganha-ganha, liderança, uso da tecnologia e comunicação. Esse elementos constituem boa parte do trabalho cotidiano dos formadores de formadores e gestores, assim como

de grande parte dos cidadãos (UNESCO, 2000). Os cursos de formação nem sempre enfatizam esses elementos, especialmente na formação inicial, dificultando a operacionalização de políticas educacionais.

Políticas e Gestão Democrática da Educação

A política é uma realidade cotidiana em nossas vidas. A noção de políticas pode ser entendida de diversas maneiras, inclusive como parte do nosso fazer diário: no trabalho, na casa, nas relações de amizade, nas ações que empreendemos profissionalmente, na convivência cidadã e assim por diante.

Antonio Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto, no prefácio a obra “Introdução à Política I: O Poder na História”, afirmam que a política interessa a todos, pois

[...] mesmo que não queiramos ocupar-nos da política, a política ocupa-se de todos nós. Por que é a política que decide, mesmo nos países que limitaram a intervenção do poder na esfera privada dos cidadãos, uma enorme quantidade de coisas essenciais; desde a paz e a guerra até a quantidade de dinheiro que cada um paga ao Estado e o modo como este o gasta, ordenando as prioridades sociais. (BESSA; PINTO, 1999, p. 5).

Já para Robert A. Dahl (2001), só o regime político democrático apresenta as circunstâncias próprias para o desenvolvimento humano pleno com as características consideradas desejáveis por ele, como

[...] a honestidade, a justiça, a coragem e o amor. Muitos também acreditam que as pessoas amadurecidas devem ser capazes de tomar conta de si e cuidar de seus próprios interesses, em vez de esperar que outros façam. Muitos pensam que adultos devem agir com responsabilidade, ponderar as melhores alternativas e pesar as circunstâncias de seus atos, levar em conta os direitos e as obrigações dos outros e os seus. Além disso, deveriam saber discutir livre e abertamente com os outros os problemas que enfrentam. (DAHL, 2001, p. 69).

Desse modo, é impossível uma referência à formação de educadores, aos formadores de formadores e gestores educacionais sem uma referência

mínima à política, ao regime político desejável pela sociedade e a procedimentos e valores que podem consolidar uma educação responsável pelos indivíduos e pelo planeta.

As políticas em educação resultam de prioridades definidas pelos setores públicos e privados em resposta às necessidades políticas e socioeconômicas detectadas e às pressões exercidas pela população, por movimentos sociais e por grupos de interesses definidos.

Os movimentos podem ter caráter local (quer municipal quer estadual), nacional ou global, como é o caso das mudanças advindas desde o surgimento das ideias neoliberais na década de 1970, e a consequente globalização da economia, seguida pela necessidade do que é possível chamar de globalização da educação de alta qualidade demandada internacionalmente para fazer face aos avanços científicos, tecnológicos e econômicos.

Vários organismos internacionais também têm uma parcela de influência nas decisões políticas relativas à educação mediante acordos de cooperação técnica e educacional e isto antecede ao neoliberalismo. Vale lembrar que a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1939, já fazia recomendações à educação técnica e profissional e à aprendizagem industrial com impacto para a América Latina, inclusive o Brasil, que então desejava acelerar seu desenvolvimento industrial. (PRONKO, 2003).

No final da década de 1960 e início de 1970, as reformas educacionais foram realizadas em decorrência de acordos políticos entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil. Nesse período a universidade, seus programas e cursos, e os cursos, até então, conhecidos como primário, ginásial e secundário sofreram mudanças estruturais, operacionais e curriculares. O caráter político-ideológico das inovações foi o aspecto predominante e que norteou a educação nos anos subsequentes. A universidade passou a ser regida pela Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968) e os demais cursos referidos pela Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), com intenção de profissionalização dos estudantes então chamados secundários, e hoje conhecidos como de ensino médio. Ambas as legislações podem ser acessadas na internet para melhor compreensão das mudanças e suas consequências para a vida nacional.

Educação: um valor transnacional

Examinando as Metas do Milênio (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000) que foram aprovadas por 191 países da ONU em 2000, é possível observar que todos esses países, incluindo o Brasil, comprometeram-se a cumprir, até 2015, as oito metas a seguir apresentadas:

1. acabar com a fome e a miséria²;
2. dar educação básica de qualidade para todos;
3. promover a igualdade entre sexos e a valorização da mulher;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde das gestantes;
6. combater a Aids, a malária e outras doenças;
7. promover a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente;
8. trabalhar pelo desenvolvimento.

No caso do Brasil, destacamos a meta 2, que inegavelmente tem sido perseguida pela política nacional, mas ainda não foi alcançada integralmente. Isso obstaculiza milhares de brasileiros de chegarem ao ensino superior em idade apropriada, ou seja, entre 18 e 24 anos de idade. Esse fato, por si só, denuncia um grande atraso educacional no Brasil, impedindo que o país alcance posição de liderança educacional e impactando negativamente no Índice de Desenvolvimento do país, que atingiu apenas a posição 84º dentre 187 países em 2011 (BRASIL, Portal G1, 2011).

Dada a valorização internacional da força da educação, especialmente da educação de qualidade, atualmente, países disputam a compra de instituições educacionais nas bolsas de valores e mandam seus cérebros estudarem em instituições de valor internacional. A disputa ora ocorre por interesses científicos de avanço ora por ganância econômica. A transnacionalização da educação universitária a transformou em grande atrativo econômico nas bolsas, como apontado por Boaventura de Souza Santos e Naomar de Almeida Filho no livro “A Universidade no Século XXI: para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

2 Para o perfeito desenvolvimento do cérebro é de extrema importância a alimentação balanceada, especialmente até os 5 anos de idade.

A compra e venda de instituições de ensino superior por grupos estrangeiros tornou-se comum inclusive em Salvador, como noticiam com frequência os jornais. As instituições são compradas por se pensar em lucro financeiro, competitividade e também em número de estudantes que podem pagar.

As nações mais desenvolvidas cuidam ou cuidaram com atenção da qualidade de seus sistemas educacionais públicos e privados, pois no mundo do conhecimento e de competições acirradas, educação de qualidade é um valor inestimável para os países e os cidadãos. É sinal de competência, de poder científico e tecnológico, seguido de poder econômico e criativo. Este último aspecto é percebido como da maior relevância no planeta com recursos limitados (como a água, o petróleo, a produção de alimentos, dentre outros) e tem definido novos rumos para a formação de mentes ávidas por contribuir positivamente para mudanças, sobretudo as que podem colocar as nações na dianteira das disputas acirradas por poder. Como exemplo, é possível citar que quando a União Soviética lançou pela primeira vez o satélite artificial Sputnik, em 1957, os pensadores, educadores, cientistas e políticos americanos reuniram-se para discutir seu sistema educacional e examinar como poderiam acelerar o desenvolvimento dos programas espaciais.

Contudo as mudanças envolvem, necessariamente, pelo menos, mais três sistemas: o político, o administrativo e o social, que sem educação apropriada deixam de cumprir suas funções, objetivos e metas.

Como exemplos de políticas no campo da educação brasileira em resposta à necessidade de melhoria de qualidade é possível citar a ênfase na formação dos educadores em geral e, em uma área específica, os cursos de formação de gestores educacionais que são recomendados desde a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), para nos restringirmos aos últimos anos de século XX (e início do século XXI). Essas diretrizes são endossadas pelo Plano Nacional de Educação de 2001, Plano de Metas Todos pela Educação³, Decreto nº 6.094 /2007⁴, Plano de

3 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>.

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>.

Desenvolvimento da Educação (PDE)⁵, Programa de Ações Articuladas (PAR)⁶, dentre outros.

Não é sem razão que a literatura dos últimos 40 anos sobre gestão enfatiza cada vez mais a figura do gestor líder democrático como aquele capaz de mobilizar pessoas colaboradoras em prol de metas e obter sucesso nos programas e projetos empreendidos (LUCK et al, 2012).

Tomando emprestado o conceito da administração empresarial que define o gestor líder democrático como o principal articulador do sucesso ou insucesso das ações sob sua orientação, as políticas públicas educacionais e a própria legislação passaram a imputar à figura do gestor em educação a grande responsabilidade pela qualidade da educação pública nacional, como se ele fosse a chave absoluta do sucesso, independentemente das circunstâncias quase sempre adversas que o cercam.

Muito embora aceitando que a liderança gestora seja efetivamente uma força geradora de energia criativa e capaz de empoderar pessoas em torno de um objetivo comum, uma análise detalhada das circunstâncias operacionais da educação no Brasil poderá mostrar que esse discurso escamoteia parcialmente as deficiências e manipulações do poder público, que sob o discurso de descentralização e responsabilização de todos pela educação deixa de cumprir integralmente sua parte com relação a todo suporte necessário à manutenção da educação nacional de alta qualidade, compatível com os requisitos contemporâneos.

Formação de Formadores de Formadores e Gestores

Com esse panorama, foram desenvolvidos programas, presenciais e a distância, voltados para a formação continuada de gestores educacionais e suas equipes de trabalho a fim de melhorar a qualidade da educação nacional. Dentre esses estão o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão)⁷, o PAR FORMAÇÃO⁸, a

Escola de Gestores da Educação Básica⁹, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores¹⁰, a Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)¹¹, dentre outros.

Essas são algumas das respostas à necessidade de eficiência, eficácia e efetividade na educação pública, cuja qualidade tem sido muito discutida e criticada, mas, na prática, os resultados obtidos ainda deixam muito a desejar.

A rigor, as políticas e programas decorrentes são pensados, porque há uma realidade com algum problema que precisa ser enfrentado e resolvido. Se assim não fosse, não seria necessário desenvolvê-lo. Nos programas relacionados, o foco era a qualificação do professor e do gestor para fazer face às demandas e aumentar a competência e a racionalidade gestora, o poder de decisão e capacidade de mobilizar as comunidades escolar e local em prol da melhoria dos processos e resultados educacionais. Havia também a intenção de incentivar o uso de dados de avaliações como ferramenta gestora, especialmente das conduzidas sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Brasil já executa avaliações externas padronizadas em larga escala no seu sistema educacional, como as empreendidas pelo INEP/MEC. Essas são as chamadas avaliações externas, pois são empreendidas por elementos externos ao programa a ser avaliado, exemplo da Prova Brasil¹², Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)¹³, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁴, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENAD)¹⁵. Além dessas avaliações, o Brasil conta com uma Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)¹⁶.

5 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>.

6 Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view="](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=)

7 Disponível em: <<http://www.consed.org.br/index.php/progestao>>.

8 Disponível em: <<http://www.parformacao.isp.ufba.br/>>.

9 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12337&Itemid=693>.

10 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=231&option=com_content&view=article>.

11 Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>.

12 Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/provabrazil_matriz.pdf>.

13 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=324&id=210&option>>.

14 Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/>>.

15 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313&id=181&option>>.

16 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=884&id=13084>>.

Todavia, dentre os cursos anteriormente citados, só é do nosso conhecimento a avaliação de resultados de dois cursos: o PROGESTÃO e o PARFORMAÇÃO. A avaliação desse último foi realizada mediante pesquisa de estudantes de mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador, por interesse próprio, como parte do curso, enquanto no primeiro foi realizada avaliação externa sobre o próprio curso. Entretanto não é do nosso conhecimento que tenha sido realizada uma pesquisa para saber o impacto em longo prazo nos sistemas de ensino decorrente das ações dos gestores após participação no curso mencionado. Em geral as avaliações prendem-se às informações sobre quantos professores/gestores participaram, quantos concluíram ou as avaliações de reações, aquelas que indagam se os participantes gostaram ou não, e coisas desse tipo.

Contudo identificar quantos dos participantes se mantiveram em função, por quanto tempo, o que realizaram, não me parece ter sido examinado; se o foi, provavelmente não houve ampla divulgação, pois não tivemos conhecimento até o momento.

Definição de Programas Educacionais

Programas educacionais são definidos no tempo e no espaço pelas políticas vigentes. Todos precisam ser considerados, avaliados, acompanhados, monitorados. Aí reside um ponto a ser observado. Raros programas são planejados com a preocupação de examinar os resultados ou o impacto na prática em médio ou longo prazo. Quantos dos programas de formação de formadores, de gestores e professores tiveram a preocupação de saber se os que participaram dos cursos obtiveram êxito ao retornar para a função de professor e de gestor? Para além dos cursos que participaram, o que ocorreu? Que mudanças foram instaladas? Que informação é produzida com relação às melhorias produzidas com a maior qualificação profissional?

Os programas sociais, dentre eles os educacionais, decorrem de políticas públicas e são implementados por diversos atores sociais, governamentais, técnicos, especialistas, *experts* ou não, na área específica. A avaliação desses programas e dos seus impactos no sistema educacional, na sala de aula e na sociedade e vida das pessoas tem uma

importância vital. Essa avaliação ainda não parece ser conduzida em larga escala.

Ora, esses programas são formatados a partir de necessidades de mudança de determinado estado de coisas, planejados e tornados públicos para resolver um problema educacional amplo ou restrito. São implementados e executados com recursos dos contribuintes e devem atingir os objetivos propostos e o uso eficiente e eficaz dos recursos. Envolvem pessoas cujas expectativas devem ser consideradas pelos programas.

Os contribuintes e a sociedade esperam a melhoria geral dos serviços educacionais e dos resultados obtidos até então. Assim, depreende-se que se os gestores foram bem orientados durante os cursos, e o resultado natural é tornarem-se mais preparados para o exercício da função e, conseqüentemente, os processos e resultados da educação serão de melhor qualidade. Na prática essa relação é pouco acompanhada e avaliada e por isso não é possível dizer se de fato ocorrem mudanças positivas de longa duração em virtude de mais oportunidades de estudos dos docentes e gestores.

Os resultados de uma avaliação, quando levados em conta, podem aumentar o grau de racionalidade das políticas e programas decorrentes, evitando equívocos e frustrações (COHEN; FRANCO, 1998).

Na primeira metade do século XX (1932), pela primeira vez Ralph Tyler, professor da Universidade de Ohio, Estados Unidos, conduziu uma pesquisa avaliativa sobre a qualidade de um programa de ensino e não dos alunos. Seu interesse era saber se os objetivos propostos pelo programa de estudos de oito anos haviam sido atingidos ou não (CANO, 2006). Atualmente, esse tipo de avaliação, que na época foi bastante inovador, já não atende à complexidade das informações que a sociedade requisita para tomar decisões acertadas na direção das melhorias qualitativas que ainda são exigidas para avanços significativos.

Avaliação como estratégia de melhoria

Ainda que identificar se os objetivos foram atendidos seja muito importante, atualmente considera-se limitado se apenas for avaliado o alcance ou não dos objetivos de um programa ou

de um curso de ações. É interessante saber se os resultados práticos de curto, médio e longo alcance foram atingidos. Nos últimos anos, muitos países, como, por exemplo, os Estados Unidos, passaram a exigir que todo programa público amplo fosse submetido a avaliação, passando a ser requisito importante para se considerar a aprovação ou não de um programa. O financiamento é condicionado à proposição de avaliação desde a fase inicial.

As políticas públicas educacionais concretizam-se de várias maneiras, inclusive mediante programas de formação de formadores de formadores, educadores e gestores. A execução desses programas precisa ser acompanhada, monitorada e avaliada para que se possa ter uma indicação racional de sua validade e importância.

O monitoramento e a avaliação são de importância capital na gestão das políticas públicas e programas educacionais. A avaliação, o diagnóstico inicial, o acompanhamento avaliativo, o monitoramento dos programas são procedimentos que estão se tornando cada vez mais frequentes, no Brasil, desde os anos de 1980, quando houve uma grande mudança nos rumos das políticas e da gestão pública no país.

Considerações finais

Ao escrever sobre o tema em pauta, temos a sensação de que tudo já foi mencionado e pensado com relação à melhoria da educação e à formação de formadores e gestores em educação. É possível tomar emprestado de Boaventura de Souza Santos (2002, p. 29) sua afirmação de que o nosso tempo é paradoxal e estabelecer uma relação no campo das políticas educacionais e dos ganhos e perdas educativas. Sim, nosso tempo é paradoxal, concordo plenamente. Convivemos com avanços inimagináveis em todos os campos das ciências, da tecnologia, em todas as áreas do conhecimento. As teorias sobre formação de educadores, formação de gestores multiplicam-se, mas ainda constituem temas em aberto, pois até então nenhuma conseguiu solução para os problemas conhecidos: descaso com a implementação das normas e políticas edu-

cacionais e desconsideração das condições ótimas de execução de educação de qualidade.

Se por um lado temos grandes avanços, por outro eles coexistem com baixo IDEB, altas taxas de evasão de estudantes, políticas educacionais parcialmente executadas, planos de melhoria da educação não operacionalizados, gestão democrática do ensino público restrita a alguns exemplos, greves de professores por melhores salários e melhores condições de trabalho, enfim, há um longo caminho a ser trilhado antes de termos as normas e os princípios constitucionais realizados plenamente.

A título de exemplo, os estudantes da rede pública estadual estão sem aulas regulares há cerca de 75 dias em virtude da greve dos professores, que reivindicam melhores condições de trabalho. Em situação semelhante estão os estudantes universitários das instituições federais de ensino superior, cujos professores também estão em greve. Essas greves prolongadas reverberam negativamente na aprendizagem dos estudantes, mas para os políticos isso não parece ser uma prioridade, e as negociações entre autoridades constituídas e professores se arrastam, aparentemente, sem pressa.

Por um lado compete aos cidadãos demandarem e vigiarem a execução qualitativa das normas e das políticas educacionais; por outro, é responsabilidade dos que têm o poder de tomar decisões, definir financiamentos e oferecer os meios para a concretização dos ideais democráticos e participativos, ouvirem os desejos e necessidades da sociedade e os atenderem, institucionalizando a avaliação e o monitoramento como fonte de retroalimentação e análise dos desempenhos e resultados. Para tanto é requerido a definição de indicadores.

A proposta de avaliação pretende, então, o aprimoramento da informação sobre os programas educacionais, normas e políticas, visando melhorar o desempenho e a gestão. A gestão democrática e participativa, o diálogo e a transparência são entendidos como o meio para possibilitar a qualidade da educação (FREITAS; PILLA, 2006).

Uma aproximação entre os que decidem, o público alvo das decisões e uma análise acurada dos resultados só podem vir a beneficiar toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.
- _____. Presidência da República. Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 13 abr. 2012.
- _____. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- _____. Presidência da República. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://2.senado.gov.br/legislacao/legisla/>>. Acesso em: 04 jul. 2004.
- BRASIL ocupa 84º posição entre 87 países no IDH 2011. **Portal G1**, São Paulo, 02 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>>. Acesso em: 05 maio 2012.
- BESSA, Antonio Marques; PINTO, Jaime Nogueira. **Introdução à política I: o poder na História**. Lisboa: Editorial Verbo, 1999.
- CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. (Coleção FGV prática).
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
- FREITAS, Kátia Siqueira de; PILLA, Sonia. Gestão democrática da educação. In: **PRADIME: programa de apoio aos dirigentes municipais de educação**. Caderno de textos, v. 3, p.13-70, 2006.
- LUCK, Heloisa. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **O voluntariado e os objetivos do milênio da ONU**. 2000. Disponível em: <www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2012.
- PRONKO, Marcela A. A OIT nos primórdios da institucionalização do ensino técnico profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan/abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/291/boltec291d.htm>>. Acesso em: 14 maio 2012.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.
- _____; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2012.
- UNESCO. Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación. **El estado de la enseñanza de la formación en gestión y política educativa em América Latina**. Buenos Aires: UNESCO, 2000. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129511s.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.

Recebido em 11.06.12

Aprovado em 24.08.12